

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

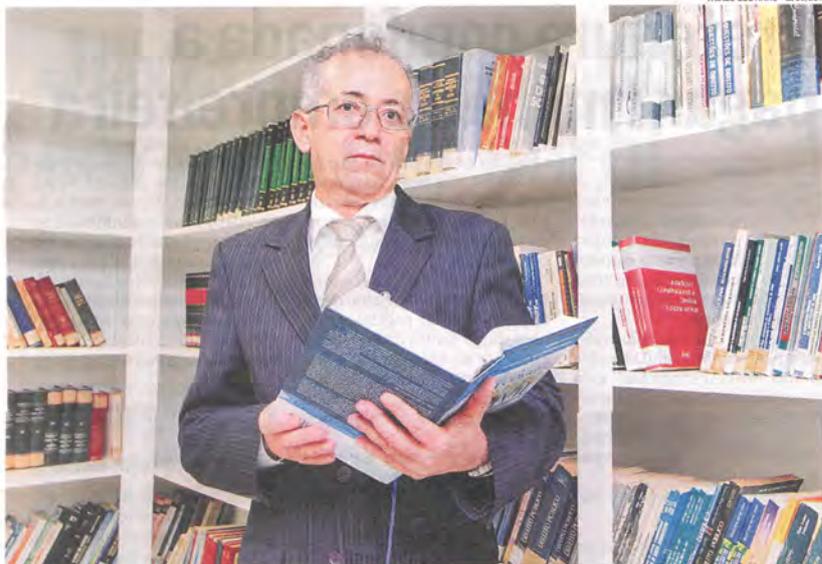
19
Julho
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA tem regras fugueis



EZEQUIEL TURIBIO, presidente da Amages, revelou que a previsão é de diminuir entre 13 e 18 zonas eleitorais

Fim de gratificação para reduzir gastos

Com a extinção de zonas eleitorais no Estado, a economia com pagamento dos benefícios pode chegar a R\$ 2,7 milhões

Vitor Carletti

Com a extinção de zonas eleitorais no Estado por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cada dupla – de um juiz e um promotor – vai perder por ano R\$ 110 mil, com o fim do pagamento de gratificação.

Os valores pagos foram informados pelo assessor de Planejamento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Lander Fontes. A quantia é referente à despesa de cada cartório, com exceção do pagamento do aluguel do imóvel e os gastos com

manutenção. “Se acrescentar a gratificação paga ao chefe do cartório, que é de R\$ 40 mil anuais, a economia por zona eleitoral chegará a R\$ 150 mil”, disse.

O valor da gratificação é de R\$ 4.631 por mês e é um acréscimo ao salário do servidor público. Cada zona eleitoral funciona com um juiz, um promotor e um chefe de cartório. O de Jardim Camburi, em Vitória, já foi extinto e um dos três de Cariacica também será desativado. “Há indicativo de que seja o cartório da 58ª, em Alto Laje, pois tem menor número de eleitores”, disse.

No Estado, segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, há previsão de diminuir no mínimo 13, e no máximo 18 zonas eleitorais. O TRE não confirma o número. Ou seja, a economia só com o pagamento de gratificações seria de R\$ 1,950 milhão a R\$ 2,7 milhões por ano. No Estado, são 58

zonas eleitorais que são responsáveis em regularizar e tirar o título de eleitor e é a primeira instância de análise de recursos eleitorais feito por partidos. O fechamento de cartórios acontece a nível nacional para dar cumprimento a resolução do TSE, que visa a reduzir gastos.

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi ingressada pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) no Supremo Tribunal Federal para impedir o fechamento de cartórios no interior.

Municípios com menos de 300 mil eleitores e mais de R\$ 200 mil deverão ter duas zonas eleitorais com cerca de 100 mil eleitores. Em cidades com menor população, a regra será por densidade demográfica.

Presidente do TRE, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, é contra a redução. “Esses esforços não visam a evitar a perda da remuneração de juizes e promotores. A preocupação é com o eleitor”.

Amages contesta medida

Para o presidente da Amages, Ezequiel Turibio, reduzir o número de cartórios eleitorais irá prejudicar no atendimento ao público que irá buscar tirar o novo documento único de identificação nacional, que reunirá dados biométricos e civis, como Registro Geral, Carteira Nacional de Habilitação, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e título de eleitor em um único documento.

Segundo o projeto, o documento será emitido pela Justiça Eleitoral, ou por delegação do TSE a outros órgãos para aproveitar o cadastro biométrico nacional realizado para as eleições. “Vai diminuir o número de cartórios e aumentar os serviços. Isso é ir na contramão”, disse.

Para o coordenador do Centro



CARTÓRIO eleitoral: corte de gastos

de Apoio Operacional Eleitoral (Cael), promotor eleitoral Francisco Berdeal, a diminuição das zonas eleitorais será muito prejudicial ao cidadão e à fiscalização da lisura do pleito e ao combate à corrupção. “O Ministério Público é contrário à redução”, afirmou.

SAIBA MAIS

Prazo até 18 de agosto

- ▶ O TRIBUNAL Regional Eleitoral tem até 18 de agosto para enviar ao TSE a relação das zonas eleitorais que serão extintas no Estado.
- ▶ EM VILA VELHA e na Serra, por terem mais de 300 mil eleitores, não haverá fechamento de cartórios.
- ▶ A REDUÇÃO das zonas eleitorais não altera o local de votação do eleitor.
- ▶ EM CACHOEIRO de Itapemirim, Linhares, Colatina, Aracruz, Guarapari e São Mateus não haverá redução de zonas eleitorais, segundo o TRE.
- ▶ POLÍTICOS estão insatisfeitos com a diminuição, pois poderá aumentar a dificuldade de locomoção dos eleitores de suas bases eleitorais no dia da eleição, o que acarretará perda de votos.

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Mais trabalho para a Justiça

Além de estar preocupado com um possível aumento da corrupção em campanhas eleitorais, o presidente da Amages, Ezequiel Turibio, que é contra a redução de zonas eleitorais, disse que o aumento da demanda de trabalho vai prejudicar a Justiça Eleitoral.

“O cartório eleitoral será um dos órgãos que irá emitir a nova carteira de identidade, o que vai aumentar e muito a demanda de trabalho”.

Três mil vão à Justiça após fazer compras pela internet

Número se refere à Grande Vitória, de janeiro de 2016 até agora. Entre as queixas, há produtos defeituosos e não recebidos no prazo

Heloiza Camargo

Se por um lado as compras on-line representam mais comodidade para o consumidor, por outro podem ser sinônimo de dor de cabeça. Do ano passado até agora, cerca de três mil moradores da Grande Vitória recorreram à Justiça após sofrerem prejuízos em compras pela internet.

As reclamações, explicou o juiz titular do 4º Juizado Especial Cível de Vitória, Paulo Abiguenem Abib, vão desde produtos não recebidos no prazo até mercadorias que chegaram trocadas, passando pela entrega de encomendas com avarias.

“Outro caso comum é quando o site faz propaganda enganosa. Julguei o caso de uma pessoa que comprou, pela internet, um pacote de viagens para a Rússia. Quando ela chegou no destino, viu que não era nada daquilo que havia sido anunciado. O hotel era uma espelunca”.

Para casos que envolvam prejuízos, continuou o magistrado, o mais comum é que se aplique a ação por danos materiais e morais. “A indenização varia conforme a gravidade de cada caso, mas fica entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil”.

Na opinião do juiz titular da 10ª Vara Cível de Vitória, Marcelo Pimentel, a primeira coisa que o consumidor lesado deve fazer é tentar resolver o problema direto com a empresa, antes mesmo de procurar a Justiça.

“Se a empresa não resolver a questão de forma adequada, aí sim o consumidor pode entrar com uma ação em um juizado especial. Para isso, é importante que ele junte a maior quantidade de provas, tais como cópias de e-mails trocados e comprovante de pagamento”, frisou.

O autônomo Bruno Oliveira de Souza é um exemplo de cliente que teve dor de cabeça. “Comprei um relógio de um site chinês, mas, dois meses depois, recebi um pacote com um casaco de frio dentro. Relatei o ocorrido para o fornecedor e, um mês depois, o relógio chegou na minha casa”.

Além de problemas com produtos, outro fantasma das compras online é o vazamento de dados.

Ontem, a empresa Antecipe informou que listas com supostos logins e senhas de usuários de grandes e-commerces, entre eles Casas Bahia e Netshoes, foram divulgadas por hackers na internet.

FRUSTRAÇÃO



Espera sem fim por produto chinês

O que era para representar uma economia acabou se transformando em prejuízo. Em fevereiro, o agente marítimo Evandro Ribeiro, 26, comprou um kit de capinhas de celular em um site chinês por R\$ 90.

Segundo ele, o prazo de entrega do produto se encerrou em maio. “Entrei em contato com o fornecedor do site, mas ele afirmou que o produto tinha, sim, sido enviado. Acontece que ele não chegou até a minha casa”. Nesse período, como não podia

deixar o celular desprotegido, Evandro acabou tendo de comprar outra capinha e desembolsou R\$ 45. “Então, se colocar na ponta do lápis, gastei os R\$ 90 com o kit e mais R\$ 45 com a capinha avulsa. Ainda estou esperando uma solução”.

Previsão de alta nos preços

Recentemente, os Correios anunciaram o fim do e-Sedex, uma modalidade de entrega oferecida com preços mais acessíveis, muito semelhante ao PAC. O serviço era voltado exclusivamente para o segmento de e-commerce.

Para especialistas do setor, a medida pode encarecer em até 30% as compras feitas pela internet. Isso porque, de acordo com entrevista do diretor-geral da Tray – unidade de e-commerce da Locaweb – Willians Marques, ao

portal Infomoney, o fim do serviço provavelmente acarretará em valores mais altos de frete, o que será inevitavelmente sentido pelo consumidor final.

Além disso, as pequenas empresas de comércio online são as que devem sentir a diferença de imediato. “Segundo nossas estimativas, o montante do frete representa em média 12% do total a ser pago por um produto adquirido via web. Quanto menor é a loja virtual, maior a cifra de entrega, pois os

pequenos empreendedores não possuem volume para negociar com as transportadoras”, disse Maurício Salvador, presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm).

Lançado em 2000, o e-Sedex entregava produtos em até três dias com descontos para lojistas do comércio eletrônico. Os Correios informaram que lançarão outro serviço voltado para categoria, chamado Correios Log, cuja data de estreia, no entanto, ainda não foi divulgada.

Para o consultor de tecnologia Paulo Roberto Penha, agora, mais do que nunca, é preciso pesquisar bastante antes de efetuar uma compra on-line a fim de conseguir o melhor preço.

“Há sites de busca específicos de comparação de preços. Também é válido comparar com as lojas físicas, que, apesar de às vezes serem mais caras, têm a vantagem de entregar o produto na hora. Os períodos sazonais, de grandes promoções do varejo online, também podem ser interessantes”.



PAULO ROBERTO PENHA recomenda o uso de sites de pesquisa de preços e afirma que o consumidor precisa olhar as promoções em lojas físicas

CASOS

Desistência

Um morador de Ibirapu recebeu R\$ 4 mil por danos morais e R\$ 324 a título de ressarcimento porque comprou um carrinho de bebê de um site e a empresa se confundiu. A empresa deveria ter trocado o produto e depositado o reembolso na conta do morador, mas não o fez.



Entrega de TV

Uma empresa de venda de eletrodomésticos foi condenada a indenizar, a título de danos morais, em R\$ 3 mil e a entregar uma televisão a uma consumidora de Nova Venécia, que realizou a compra do equipamento pela internet e não recebeu o produto.

Sem presente

Uma empresa de vendas online foi condenada a pagar R\$ 3 mil de indenização por danos morais a um homem que não teve a mercadoria entregue na data planejada. O produto seria um presente de Natal, mas chegou depois da data comemorativa. A decisão foi do 2º Juizado Especial Cível de Guarapari.

SAIBA MAIS

Cuidados

- **SÓ COMPRE** em páginas da Internet conhecidas pelo público em geral. Verifique se o site possui telefone e endereço. Além disso, procure na Internet informações sobre a reputação da página.
- **CONFIRA** se o site possui certificado de segurança emitido por uma empresa autorizada, como, por exemplo, Certisign e Site Blindado.
- **OBSERVE** se o endereço do site é iniciado com “https”. Além disso, no canto esquerdo da página, você verá um pequeno cadeado.
- **NÃO USE** computadores de lan houses ou internet pública para fazer compras online.
- **NO CASO DE RECEBIMENTO** em usar o cartão de crédito, pague por boleto ou transferência bancária

Fonte: Proteste.

Prefeitura condenada a pagar 1 milhão a empreiteira

Caio Miranda

A Prefeitura de Presidente Kennedy, município do Sul do Estado, foi condenada a pagar R\$ 1.084.835,00 a uma construtora, que venceu licitação, em 2010, para a construção de 250 unidades habitacionais.

De acordo com a decisão preferida pelo juiz Marcelo Jones De Souza Noto, da Vara Única do município, quando as obras já estavam em estágio final, em 2012, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) ordenou a suspensão do contrato.

Na época, a empresa de cons-

trução civil ainda tinha R\$ 813.448,27 a receber da Prefeitura. Mas, após várias solicitações, o valor não foi pago, restando à empresa a cobrança da quantia na Justiça.

Segundo os autos, a Secretaria Municipal de Obras relatou que o requerimento de pagamento da obra sumiu dentro da Prefeitura. Somente no ano passado é que houve o desdobramento do caso, com o valor da dívida atualizado por um engenheiro do município.

“Julgo procedente o pedido contido na inicial para condenar a requerida Prefeitura Muni-

pal de Presidente Kennedy a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.084.835,00”, diz um trecho da decisão do juiz, que informou no processo que não seria preciso realizar a cobrança, já que a Prefeitura já havia depositado o valor em juízo anteriormente.

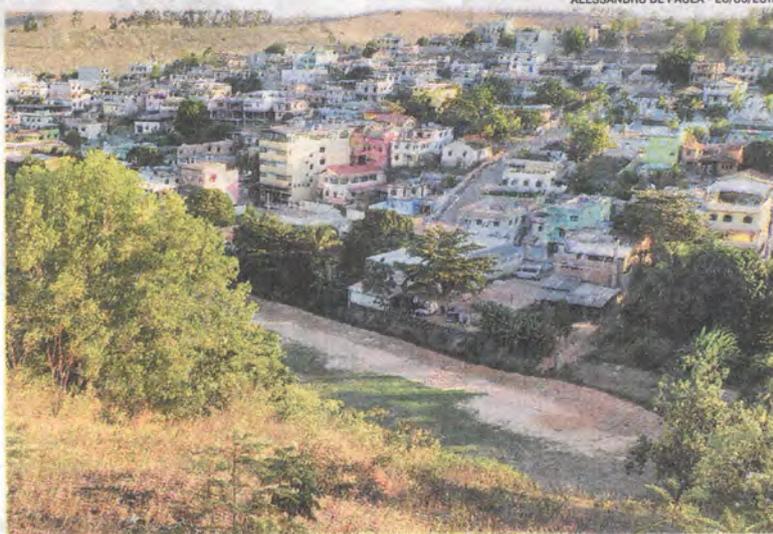
A construtora, com sede em Vitória, não quis comentar o caso e nem ser identificada.

O OUTRO LADO

Depósito feito em juízo há um ano

Em nota, a Prefeitura de Presidente Kennedy, por meio da Procuradoria-Geral do Município, ressaltou que a condenação diz respeito a processo da antiga administração e que o processo havia sido apreendido durante a operação Lee Oswald, deflagrada em 2012, também na antiga gestão.

A ausência do processo impediu que o pagamento fosse feito administrativamente. Porém, a Secretaria Municipal de Obras conseguiu remontar o processo e o município, reconheceu que o serviço foi prestado e depositou o valor em juízo há quase um ano. A prefeitura não vai recorrer da decisão.



ALESSANDRO DE PAULA - 26/03/2017

PRESIDENTE KENNEDY, Sul do Estado: contrato suspenso durante obras

Indenização de 10 mil por causa de infiltração

Um morador da Serra deve ser indenizado em R\$ 10 mil após adquirir um imóvel novo, com diversos pontos de infiltração, que aos poucos danificaram todo o apartamento, resultando em mofo e problemas de saúde para o proprietário. Além de indenizar o comprador, as três empresas responsáveis pela construção e venda do imóvel foram condenadas a custear a locação de um apartamento similar.

Mulher processa marido após ser ignorada em aplicativo

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/07/1500471003325202312.html>

Quadro de mediadores alcança 79 voluntários na Justiça capixaba

Os 21 participantes da formação de mediadores judiciais receberam, na última semana, seus certificados de conclusão do curso, e agora, além de levarem a mediação para o seu dia a dia, passam a integrar o quadro de 79 mediadores voluntários do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). Como a advogada Bruna Turra Cabral, que pretende utilizar o conhecimento obtido em seu escritório. Para a nova mediadora, as técnicas, aplicadas da maneira correta, fazem a mediação fluir muito bem, sendo mais um mecanismo de Justiça para o no estado.

A desembargadora Janete Vargas Simões, coordenadora do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) parabenizou todos que concluíram o curso e desejou uma caminhada pautada nos preceitos que aprenderam e vivenciaram durante a formação. “Esperamos que vocês tenham, realmente, uma atuação voltada para entender e ser uma ponte nos conflitos em que vão atuar”, ressaltou.

A coordenadora do Nupemec também destacou a atuação das instrutoras Paula Morgado Horta Monjardim Cavalcanti, Lavínia Vieira de Andrade Souza, Jaklane Almeida e Jussiara dos Santos Martins de Souza. As servidoras do TJES, capacitadas em mediação judicial pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram responsáveis por acompanhar os mediadores em formação tanto na parte teórica, como na parte prática.

A cerimônia contou ainda com a presença do vice-presidente do TJES, desembargador Fabio Clem de Oliveira; da vice-presidente do Fórum Nacional de Direito de Família, juíza Maria Jovita Ferreira Reisen; do presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, juiz Ezequiel Turíbio; do coordenador do Núcleo Permanente de Autocomposição do Ministério Público Estadual (MPES), promotor Francisco Martinez; da vice-presidente da OAB-ES, advogada Simone Silveira; e do coordenador Cível da Defensoria Pública, defensor Giuliano Monjardim.

Os convidados representaram as instituições que atuaram na parte prática da formação e que vem atuando, conjuntamente, na construção da política de pacificação social. O promotor de Justiça Francisco Martinez disse que o MPES está abraçando a causa da autocomposição e pretende implementar projetos voltados para a mediação, para a negociação e para as práticas restaurativas.

O defensor Giuliano Monjardim lembrou que a Defensoria Pública tem atuado de forma predominante na extrajudicialização de conflitos. “Esse projeto do Tribunal de Justiça é um trabalho importante, que vem ao encontro a um trabalho que a Defensoria também tem exercido”, destacou Monjardim.

A vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo, Simone Silveira, parabenizou a desembargadora Janete Vargas Simões, coordenadora do Nupemec; o advogado José Eduardo Silva, presidente da Comissão de Direito e Família da OAB-ES; e todos os formandos. “O dia de hoje é uma homenagem a vocês que se dispuseram e se oferecem à sociedade com essa qualificação que, eu tenho certeza, é de excelente nível, proporcionando às partes, aos interessados, a busca de uma solução mais definitiva”, ressaltou a advogada.

Além da entrega dos certificados, o evento contou com palestra proferida pela psicanalista Cláudia Pretti Vasconcellos Pellegrini, integrante da Escola Lacaniana e coordenadora do Fórum Clínico da Infância e Adolescência, com o tema “Guarda: A importância do contato da criança com os genitores”.

Para a psicanalista, o papel do mediador é fundamental para as questões de família, “porque quando há um rompimento de um casamento, um divórcio, as crianças ficam, às vezes, um tempo grande para se adaptar a essa nova configuração familiar. E, dependendo da situação e da maneira como os pais conduzem isso, há um afastamento muito grande, durante um tempo muito grande, da criança de um dos genitores, nesse sentido, se os mediadores conseguirem intervir para que esse tempo seja diminuído e para que a criança possa estabelecer uma rotina, um pouco melhor e mais rapidamente, neste novo arranjo, eles terão sido preciosos para a subjetividade desta criança”, disse ela.

VIOLÊNCIA CONTRA MENORES

Bandido põe remédio em suco e estupra adolescente

Delegado diz que o acusado Jadir Rodrigues colocou medicamento para dormir em bebida de garota de 13 anos

Leone Oliveira
Juliano Viana

Um lavrador, de 30 anos, é acusado de usar um sonífero para dopar uma adolescente, 13, e cometer estupro. O medicamento foi colocado num copo de suco servido à garota.

Segundo a polícia, aproveitando o fato de a vítima estar "apagada", por efeito do remédio, o bandido a violentou. O acusado Jadir Rodrigues da Silva já responde por tentativa de homicídio, em 2008, e por assassinato, em 2014.

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, informou que o estupro aconteceu em outubro do ano passado, dentro da casa do acusado, num bairro de Cariacica.

O pai da vítima mora no mesmo bairro, por isso o nome do local não será divulgado, para não identificar a vítima, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o delegado, a vítima não morava no bairro, mas sempre visitava o pai. "Ele atraiu a vítima até a casa dele com o pretexto de que ela cuidaria dos filhos dele - um menino de 5 anos e uma menina de 7. Porém, ele colocou sonífero no suco de uva e serviu a ela", disse.

De acordo com Pazolini, uma semana depois, a adolescente voltou ao bairro para visitar o pai e foi vista pelo acusado, que a agarrou a



JADIR RODRIGUES DA SILVA foi apresentado na DPCA. Ele já responde por tentativa de homicídio, em 2008, e por assassinato, em 2014

força e a levou para dentro da casa dele, onde novamente a estrou.

"No dia 13 de outubro do ano passado, a vítima e a avó dela procuraram a delegacia para registrar o crime. As duas se mudaram para um município da região serrana, após", contou o delegado.

Segundo o delegado, em 20 de dezembro do ano passado, foi expedido pela Justiça um mandado

de prisão temporária, de 30 dias, contra Jadir, por conta do estupro da adolescente.

Contudo, o lavrador foi preso no último dia 10, em Andorinhas, no município de Vitória, pela equipe da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cariacica, por conta de mandado de prisão preventiva referente ao homicídio de Sílvio Nepomuceno.

Ao saberem da prisão, a equipe da DPCA comunicou ao presídio que contra o lavrador ainda existia um mandado de prisão pelo estupro da adolescente de 13 anos.

O delegado disse que deve pedir a prisão preventiva do acusado. Jadir que, já estava no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Viana, deve ser transferido ao presídio de Xuri, em Vila Velha.

Medicamento para não reagir a abuso de acusado

Diante do caso de estupro relatado pela polícia, a psicóloga Cláudia Calil avaliou que o acusado Jadir Rodrigues da Silva teria dopado a vítima com sonífero para que não pudesse reagir ao estupro. "Como a menina estava desacomodada, ela ficou impedida de se defender do agressor", pontuou.

Do ponto de vista psicológico, Cláudia Calil revela que a "perversão doentia" leva uma pessoa a estuprar crianças.

"O estupro acontece quando o criminoso acha que tem domínio sobre a vítima somado a mente doentia. Geralmente essas pessoas são frias e calculistas, agem de forma premeditada", frisou.

CRIMES

Além do estupro da adolescente de 13 anos, segundo o delegado titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Lorenzo Pazolini, Jadir ainda responde pelo homicídio qualificado de Sílvio Nepomuceno, de 63 anos.

O crime aconteceu no dia 19 de setembro de 2014, no bairro Areinha, em Cariacica. A vítima morreu com 12 tiros, sendo três no rosto, três no braço esquerdo, cinco no tórax e um no braço direito.

Segundo o delegado, Sílvio era ex-marido da ex-mulher de Jadir. O acusado também responde em liberdade por uma tentativa de homicídio, que ocorreu em 22 de abril de 2008, da qual o delegado não tinha mais detalhes.

O advogado criminalista Rivellino Amaral explicou que a decisão de soltar ou prender um acusado é exclusivamente do juiz que analisa as circunstâncias do crime e a necessidade de prender a pessoa.

"Se uma pessoa já cometeu vários outros crimes, mas, agora comete um crime bárbaro, isso vai ser levado em consideração. A possibilidade de soltar é muito diminuída", comentou ele.

E completou: "A liberdade é regra e a prisão é exceção. Para perder a primariedade (réu primário) leva tempo. O processo tem que transitar em julgado. Se responde a outros processos, perde os bons antecedentes".

LAVRADOR ACUSADO DE ESTUPRO

"Não fiz nada com essa menina"

Com frieza e sem demonstrar arrependimento, o lavrador Jadir Rodrigues da Silva, de 30 anos, conversou com a imprensa na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e negou ter colocado sonífero no suco da adolescente e estupro a vítima, de 13 anos, em outubro do ano passado.

O lavrador também negou que tenha assassinado Sílvio Nepomuceno, 63, em 2014, e de ter tentado matar uma outra pessoa em 2008.

"Não fiz nada com essa menina. Também tenho filhos", disse ele.

> **A polícia acusa o senhor de ter estupro a adolescente e tem exames que comprovam o abuso. O que você tem a dizer?**

JADIR RODRIGUES DA SILVA -

Não fiz nada com essa menina! Também tenho filhos.

> **Você convidou a adolescente para ir até sua casa para cuidar dos seus filhos?**

Não convidei. Jamais faria um negócio desse com minhas crianças. Um adolescente tomar conta dos meus próprios filhos.

Não tem nada disso não.

> **Por que você está aqui então?**

Sei lá, mandaram me chamar do

presídio.

> **Você colocou sonífero no suco da adolescente?**

Não fiz nada disso, não!

> **Ela nunca foi na sua casa?**

Não, ela é minha vizinha, morava do lado da minha mãe. > **Força usou para arrastar ela até a sua casa e estupra-la?**

Não fiz nada com essa menina. Não vi ela, não fiz nada com ela. Nunca tive relação com ela.

> **Você foi atrás dela no inte-**

“Ela vivia implicando com minha mãe. Ficava fazendo careta para minha mãe e ela tem problema de coração”

rior?

Não, quem morava no interior era eu.

> **Então, por que ela te acusa?**

Isso é ganância dela e da avó. Ela vivia implicando com minha mãe. Ficava fazendo careta para minha mãe e minha mãe tem problema de coração.

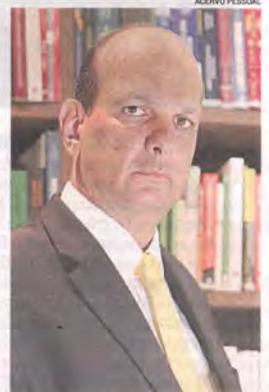
> **E a tentativa de homicídio e o homicídio que você é acusado?**

Isso não foi constatado, ainda não. > **Qual a idade dos seus filhos?**

Tenho uma menina de 7 anos e um menino de 5 anos.

> **Seus filhos moravam com você?**

Não, moram com a mãe no interior também.



RIVELINO AMARAL: decisão do juiz

VIOLÊNCIA CONTRA MENORES

Ameaças para retirar queixas

Na tentativa de se distanciar do criminoso e recomeçar a vida, a adolescente, de 13 anos, e a avó se mudaram para um município da região Serrana do Estado - conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o nome do município não será informado para não identificar a vítima, pois ela ainda mora no local.

Contudo, segundo o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, a tentativa de fugir de Jadir Rodrigues da Silva, 30, foi frustrada, pois ele descobriu onde a garota e a avó estavam e foi à casa delas fazer ameaças de morte.

“O Jadir desconfiou de que estava sendo investigado e, em dezembro do ano passado, descobriu onde elas estavam morando. Ele foi armado até a casa delas para ameaçá-las de morte. Ele disse que

“O acusado tirou fotos da vítima nua e passou a ameaçar publicar essas fotos na internet, se ela não retirasse a denúncia.”

Lorenzo Pazolini, delegado

se elas não procurassem a polícia e mudassem tudo o que tinham dito, ou seja, mentissem para a polícia, ele iria matar ela e a avó dela”, revelou o delegado.

Além disso, o delegado afirmou que o acusado ainda ameaçou publicar fotos íntimas da adolescente na internet, caso ela não retirasse a denúncia contra ele.

“Quando cometeu o segundo abuso sexual, o acusado tirou fotos da adolescente nua e passou a ameaçar publicar essas fotos na internet, se ela não retirasse a denúncia”, afirmou Pazolini.

Outro fato que preocupava a vítima era o fato do acusado conhecer parte da sua rotina e morar próximo do pai dela.

“Ele tinha facilidade, porque o acusado e a vítima moravam em Cariacica, praticamente no mesmo bairro. O acusado acompanhava a rotina da vítima e sabia onde ela estava. Ele utilizava desses meios para ameaçar tanto a família quanto a menina”, disse o delegado.

De acordo com Pazolini, na época das ameaças, o caso já era investigado pela DPCA e a polícia já havia feito à Justiça um pedido de prisão de Jadir.

O mandado de prisão temporária contra o lavrador foi expedido



DELEGADO LORENZO PAZOLINI destacou que o acusado de estupro é “uma pessoa perigosa, sem dúvida”

pela Justiça no dia 20 de dezembro do ano passado e, desde então, Jadir estava foragido.

“Ele é uma pessoa perigosa, sem dúvida. Acusado de ser o autor de um homicídio e de uma tentativa, além do estupro de vulnerável e pela crueldade com que age, sobretudo, por ter feito uma longa procura por essa vítima, ter a localizado e ameaçado tirar a vida dela e da avó”, analisou Pazolini.

SAIBA MAIS

Vítimas têm entre 9 e 13 anos

A vítima

> O TITULAR da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, delegado Lorenzo Pazolini, destacou que a maioria das vítimas que chegam a DPCA são meninas que têm entre 9 e 13 anos.

> NORMALMENTE, os abusos acontecem dentro da própria casa da vítima ou do autor.

Orientação

> O DELEGADO orientou que os pais tenham informações sobre o perfil das pessoas que fazem parte do ciclo de amizade dos filhos e que não deixem eles frequentarem a residência de pessoas que não possuem total confiança da família.

> JÁ a psicóloga Cláudia Calil destacou a importância do diálogo entre pais e filhos.

Prisões

> O TITULAR da DPCA informou que de 1º de janeiro deste ano até ontem, 34 acusados de estupro foram presos.

Os autores do abuso

> EM ATÉ 70% dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes envolvem familiares ou pessoas muito próximas a família.

> GERALMENTE, são familiares, ami-

gos ou pessoas próximas a família da vítima. São pessoas que inicialmente, quando não são parentes, se aproximam da vítima e da família e vão ganhando a confiança dos familiares e da vítima.

> NA MAIORIA das vezes, são homens com idade entre 25 e 45 anos, que frequentam os mesmos ambientes que a vítima e, após essa aproximação e ganho da confiança, praticam o abuso. São pessoas que não ingressam na casa de forma clandestina.

Fonte: Especialistas consultados.

Trinta e quatro presos neste ano

O delegado Lorenzo Pazolini, titular da DPCA, revelou que de 1º de janeiro deste ano até o momento, pelo menos 34 pessoas foram presas acusadas de estupro.

Durante o ano passado, 60 pessoas foram presas pelo mesmo crime. Em até 80% casos, informou o delegado, os autores de estupro são pais e padrastos, com idades entre 25 e 45 anos de idade, incluindo pessoas do convívio íntimo da vítima. “Geralmente o esturpador tem acesso livre à casa da vítima. Não precisa pular o muro ou quebrar o cadeado do portão para cometer o crime”, enfatizou.

A maioria das vítimas são meninas, com idades entre 9 e 13 anos de idade. O delegado também afirma que, para não chamar atenção, o estupro raramente é cometido

em via pública. “A maioria dos abusos sexuais acontecem na casa do próprio agressor ou na residência da vítima. É difícil um estupro ser praticado na rua”, salientou.

O delegado Lorenzo Pazolini revela que é interessante os pais terem informações sobre o perfil das pessoas que fazem parte do ciclo de amizade dos filhos.

“Os pais devem evitar que crianças, adolescentes e até mesmo os jovens, frequentem casas de pessoas que, mesmo conhecidas, não possuem total confiança da família.”, disse o delegado.

Para a psicóloga, Cláudia Calil, uma intensa amizade entre pais e filhos é algo que também pode impedir situações como a do estupro.

“Os pais devem passar confiança



CLÁUDIA CALIL: amizade dos pais

para os filhos para que, logo na infância, eles aprendam a ter um diálogo aberto, sem restrições. Esse papel jamais deve ser feito por pessoas estranhas”, destacou a psicóloga.



FACHADA da DPCA: investigações

Homem é preso suspeito de estuprar menina de 13 anos após dar bebida com sonífero para ela no ES

Segundo a polícia, adolescente foi estuprada duas vezes pelo mesmo homem, que também foi preso por causa de homicídio.

Um lavrador foi preso suspeito de estuprar duas vezes uma menina de 13 anos em Cariacica, na Grande Vitória. Na primeira vez, o crime aconteceu depois de ele oferecer bebida com sonífero para ela. Apesar do abuso ter sido comprovado por exames, Jadir Rodrigues da Silva negou os crimes.

Segundo a polícia, Jadir foi preso no dia 10 de julho, mas por causa dos crimes de assassinato e tentativa de homicídio. Como era procurado desde dezembro de 2016 pela polícia. Os casos de estupro aconteceram em outubro do ano passado e foram somados à ficha criminal do detido.

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Lorenzo Pazolini, explicou que o primeiro estupro aconteceu na casa do suspeito.

“A menina disse que foi convidada pelo acusado para ir até a casa dele, a pretexto de tomar conta dos dois filhos pequenos dele. Quando a vítima já estava dentro da casa, ele ofereceu um suco de uva a ela e avisou que iria sair. Depois de beber, a menina adormeceu, porque no suco havia um sonífero, e o acusado realizou o primeiro abuso”, contou Pazolini.

Depois do primeiro estupro, Jadir abordou a vítima no meio da rua em Cariacica e abusou dela mais uma vez.

“Ele utilizou da força, e além disso, costumava fazer uso de arma de fogo. Sendo assim, ele rendeu a vítima praticou o segundo abuso”, contou o delegado.

Depois dos crimes, a vítima contou tudo para a avó, que denunciou o caso à polícia. Em seguida, as duas se mudaram para a região Serrana do Espírito Santo. Mesmo assim, o homem conseguiu encontrá-las e foi até a cidade onde atualmente moram.

“Ele ficou rondando a propriedade onde a família atualmente reside e chegou a ameaçar a menina e a avó com arma de fogo, dizendo que se elas não fossem até a polícia e retificassem tudo o que haviam dito, ele iria matá-las”, falou Pazolini.

Os estupros foram comprovados por exame. Jadir está no Centro de Detenção Provisória (CDP), mas será transferido para o Presídio de Xuri, em Vila Velha.

Suspeito nega os abusos

Jadir negou que tenha estuprado a adolescente. “Eu não ia chamar uma adolescente para cuidar dos meus próprios filhos, Deus me livre. Ela era minha vizinha, morava do lado da minha mãe, mas ela nunca foi à minha casa. Eu não sei porque me chamaram aqui, tenho nada a ver com isso. Não tenho do que me arrepender porque tenho a consciência limpa”, alegou.

GIRO RÁPIDO**Pastor acusado de abuso de fiéis e sobrinha**

O pastor Ernestino Cândido Filho, 38, pastor Lê, que está preso preventivamente indiciado por três estupros, passou a responder por mais um estupro de vulnerável contra a própria sobrinha, 16.

Ele está preso desde 20 de janeiro. Segundo a polícia, ele alegava expulsar demônios para cometer os crimes durante rituais de purificação, em Vila Velha. A sobrinha do pastor já foi ouvida pela Justiça.

Menino atropelado em rodovia sai do hospital

David Augusto da Silva Souza, 2 anos e oito meses, atropelado ao lado de outros três familiares em Interlagos, Vila Velha, no domingo, deixou o hospital.

No acidente, Daimo Ramos de Sousa, 29, e o padrasto Vitalino José Cardoso, 39, morreram no local. David teve várias lesões nas pernas e passou por cirurgia. O motorista Rogério Ramos de Assis, 39, que atropelou a família continua preso.

Empresas vão até pintar escolas para pagar dívidas

Empresas da Serra que são devedoras de impostos municipais, entre eles Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), poderão oferecer serviços, como exames médicos e pintura de escolas, para pagar suas dívidas com o município.

Segundo o procurador-geral da Serra, Vítor Silveiras, a lei municipal que regulamenta a modalidade foi sancionada pelo prefeito Audifax Barcelos na última sexta e não perdoa juros e multas.

O procurador-geral ressaltou que qualquer empresa da cidade pode participar, independentemente do valor do débito, desde que estejam inscritas em dívida ativa até antes da data de publicação da lei. Os serviços oferecidos serão analisados pela prefeitura, conforme demanda, interesse e valor de mercado equivalente ao tamanho da dívida.

“Basta a empresa fazer o requerimento junto à secretaria competente. Por exemplo, se for uma empresa hospitalar, ela pode procurar a Secretaria da Saúde para oferecer a realização de ressonâncias magnéticas. Se a secretaria observar que há demanda para o exame, o pagamento em serviço é aprovado”.

De acordo com Silveiras, a Serra tem a receber cerca de R\$ 1 bilhão em dívida ativa, de contribuintes físicos e jurídicos. Além disso, 8,5 mil processos já estão na Justiça, cobrando cerca de R\$ 300 milhões.

JANSEN DIAS LUBE

